

## LEI N.º 3.943, DE 09 DE OUTUBRO DE 2013

**ALTERA**, na forma que especifica, a Lei Delegada n.º 73, de 18 de maio de 2007, que "DISPÕE sobre a SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ, definindo suas finalidades, competências e estrutura organizacional, fixando o seu quadro de cargos comissionados e estabelecendo outras providências."

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS

**FAÇO SABER** a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

## LEI:

**Art. 1.º** A Lei Delegada n.º 73, de 18 de maio de 2007, passa a vigorar com a alteração dos incisos III, IV e V do artigo 3.º, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"**Art. 3.º** .....

III - .....

a) .....

b) Corregedoria

c) Centro de Estudos Econômico-Tributários

d) Unidade de Coordenação de Projetos

IV - .....

1. ....

2. ....

3. Departamento de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

4. Assessoria Jurídica

V - .....

a) .....

6. Departamento de Controle de Entrada de Mercadorias

b) .....

4. Centro de Estudos de Finanças Públicas

d) Coordenadoria de Compras e Contratos Governamentais

1. Departamento de Normas, Padrões e Controle de Serviços

2. Departamento de Gestão de Materiais e do Registro de Preços"

**Art. 2.º** A Lei Delegada n.º 73, de 18 de maio de 2007 passa a vigorar com a alteração do artigo 4.º, com a seguinte redação:

"**Art. 4.º** .....

I - .....

II - .....

III - .....

**IV - CORREGEDORIA** - acompanhamento do desempenho profissional, moral e ético dos servidores da Pasta nas suas respectivas áreas de atuação e junto aos contribuintes e demais usuários de seus serviços, mediante a aplicação de medidas preventivas e corretivas;

**V - CENTRO DE ESTUDOS ECONÔMICO-TRIBUTÁRIOS** - elaboração de estudos relacionados à economia nacional e regional para subsidiar a formulação de política tributária;

**VI - UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE PROJETOS** - responsável pela coordenação, supervisão, monitoramento das ações de projetos, aprovação de programas de trabalho para execução de componentes e subcomponentes de projetos, planos operacionais, planos de aquisição, bem como pela interlocução com organismos financeiros, órgãos estaduais, federais e demais ações correlatas;

**VII - ASSESSORIA JURÍDICA** - auxílio à Secretária de Estado da Fazenda, em assuntos de natureza jurídica não tributária; proceder a exame prévio e conclusivo de matérias sobre processos licitatórios e seus contratos no âmbito da Secretaria; elaboração, exame e revisão de minutos de ajustes, nos quais a SEFAZ seja signatária; elaboração, exame e revisão de minutos de Projeto de Lei, Decretos, Portarias de Instruções Normativas e outros atos afetos e de interesse da Secretaria de Fazenda; emissão de Pareceres e Notas Técnicas, de Ofício, e sempre que requisitadas pelos dirigentes;

**VIII - SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS** - supervisão da execução das atividades da Assessoria Jurídica e dos Departamentos de Administração, de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas, e de Tecnologia da Informação;

**IX - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO** - supervisão, coordenação e execução, no âmbito

da Pasta, das atividades pertinentes a material, patrimônio, orçamento, contabilidade, finanças e serviços gerais, em consonância com as diretrizes emanadas dos respectivos órgãos centrais do Poder Executivo;

**X - DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** - coordenação, programação, supervisão e controle da execução dos serviços de processamento informatizado de dados, buscando a otimização do uso dos recursos tecnológicos disponíveis para o tratamento adequado das informações de natureza econômico-fiscal, contábil-financeira e administrativa;

**XI - SECRETARIA EXECUTIVA DA RECEITA** - supervisão da execução das atividades dos Departamentos de Arrecadação, de Tributação, de Fiscalização, de Análise e Revisão Fiscal e de Informações Econômico-Fiscais;

**XII - DEPARTAMENTO DE ARRECAÇÃO** - coordenação, programação, supervisão e controle da execução das atividades de arrecadação das receitas tributárias e das não tributárias, inclusive as relativas a minerais, petróleo e gás natural e as contribuições financeiras relacionadas à Política Estadual de Incentivos Fiscais;

**XIII - DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO** - elaboração de minutos de atos normativos tributários estaduais; sistematização e divulgação da legislação tributária e atos elaborados pelo Departamento; edição de pareceres jurídicos e notas técnicas relacionados à interpretação da legislação tributária; edição de atos em regimes especiais; representação da Secretaria junto à Comissão Técnica Permanente - COTEPE/CONFAZ/MF;

**XIV - DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO** - coordenação, programação, supervisão e controle da execução das atividades de fiscalização das receitas tributárias e das não tributárias relativas a minerais, petróleo e gás natural e as contribuições financeiras relacionadas à Política Estadual de Incentivos Fiscais;

**XV - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS** - planejamento, coordenação e supervisão da política de Gestão de Pessoas da SEFAZ, de acordo com as diretrizes estratégicas da Instituição, com vistas ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do quadro funcional;

**XVI - DEPARTAMENTO DE ANÁLISE E REVISÃO FISCAL** - coordenação, programação, supervisão e controle da execução das atividades relativas à análise prévia da ação fiscal, análise e revisão dos valores de impostos fixados por estimativa;

**XVII - DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS** - coordenação, programação, supervisão e controle da execução das atividades relativas ao Sistema de Informações Econômico-Fiscais;

**XVIII - DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE ENTRADA DE MERCADORIAS** - controle da tributação incidente sobre a entrada de mercadorias e bens oriundos de outras unidades da Federação e do exterior; desembaraço da documentação fiscal que acoberta a mercadoria, o bem ou a prestação de serviço de transporte; análise e revisão dos extratos de desembaraço para pagamento de ICMS;

**XIX - SECRETARIA EXECUTIVA DO TESOUREIRO** - supervisão da execução das atividades dos Departamentos de Finanças, de Encargos Gerais, Dívida e Haveres e de Contabilidade Pública;

**XX - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS** - coordenação, programação, supervisão e controle da execução das atividades relativas à execução financeira;

**XXI - DEPARTAMENTO DE ENCARGOS GERAIS, DÍVIDAS E HAVERES** - coordenação, programação, supervisão e controle da execução das atividades relativas aos encargos gerais do Estado, à dívida pública e à administração dos haveres financeiros do Tesouro Estadual;

**XXII - CENTRO DE ESTUDOS DE FINANÇAS PÚBLICAS** - assessoramento direto à Secretaria Executiva do Tesouro; elaboração de estudos nas áreas de finanças, despesa, dívida e contabilidade pública. Coordenação, medição e monitoramento dos projetos da SET. Acompanhamento dos subgrupos do GEFIN/CONFAZ.

**XXIII - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE PÚBLICA** - coordenação, programação, supervisão e controle da execução das atividades do Sistema Estadual de Contabilidade.

**XXIV - SECRETARIA EXECUTIVA DE ORÇAMENTO** - supervisão da execução das atividades dos Departamentos de Diretrizes e

Elaboração Orçamentária e de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária;

**XXV - DEPARTAMENTO DE DIRETRIZES E ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - coordenação, formulação, consolidação e controle da execução das atividades relacionadas à Legislação Orçamentária Estadual; estabelecimento de normas e procedimentos orçamentários que assegurem a aplicação de critérios técnicos, econômicos e administrativos entre as atividades governamentais; e orientação aos órgãos governamentais na elaboração de seus orçamentos;

**XXVI - DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - coordenação, orientação, supervisão, acompanhamento e controle das atividades relacionadas à execução orçamentária dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado;

**XXVII - COORDENADORIA DE COMPRAS E CONTRATOS GOVERNAMENTAIS** - supervisão da execução das atividades dos Departamentos de Normas, Padrões, Controle de Serviços e Gestão de Materiais e do Registro de Preços; expedição de atos normativos relacionados às atividades desenvolvidas por esses departamentos;

**XXVIII - DEPARTAMENTO DE NORMAS, PADRÕES E CONTROLE DE SERVIÇOS** - coordenação de estudos para padronização de serviços; coordenação, orientação e supervisão das atividades para manutenção de catálogo destinado a subsidiar os processos de contratação de serviços; coordenação, orientação e supervisão das atividades para definição de preços máximos para itens de serviços padronizados; orientação e supervisão das contratações no âmbito do Poder Executivo Estadual; coordenação, orientação e supervisão de medidas que visem à eficiência do gasto com energia elétrica, água e telefonia; coordenação, orientação e supervisão das ações pertinentes ao desenvolvimento dos sistemas informatizados relacionados à gestão de serviços, bem como orientação e supervisão da integração destes com outros sistemas corporativos; proposição de atos normativos relacionados a todas as atividades elencadas neste inciso;

**XXIX - DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE MATERIAIS E DO REGISTRO DE PREÇOS** - coordenação, orientação e supervisão das atividades para manutenção de catálogo destinado a subsidiar a aquisição de materiais consumíveis e permanentes; coordenação, orientação e supervisão das atividades de gestão do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Executivo Estadual; coordenação, orientação e supervisão das atividades de manutenção de banco de preços para subsidiar aquisições; coordenação, orientação e supervisão das atividades de recebimento, inspeção, identificação, guarda e movimentação de materiais; coordenação, orientação e supervisão das ações pertinentes ao desenvolvimento dos sistemas informatizados relacionados à gestão de materiais, bem como orientação e supervisão da integração destes com outros sistemas corporativos; proposição de atos normativos relacionados a todas as atividades elencadas neste inciso."

**Art. 3.º** A Lei Delegada n.º 73, de 18 de maio de 2007, passa a vigorar com alteração do artigo 5.º, com a seguinte redação:

"**Art. 5.º** As competências do Secretário de Estado e dos Secretários Executivos são as estabelecidas nos artigos 16 a 19 da Lei Delegada n.º 67, de 18 de maio de 2007."

**Art. 4.º** A Lei Delegada n.º 73, de 18 de maio de 2007, passa a vigorar com a alteração do §1.º do artigo 7.º, com a seguinte redação:

"**Art. 7.º** .....

§1.º A remuneração dos titulares de cargos de provimento em comissão de Chefe da Corregedoria, Coordenador da Unidade de Coordenação de Projetos e Coordenador da Coordenadoria de Compras e Contratos Governamentais da SEFAZ é fixada em R\$10.000,00."

**Art. 5.º** Em virtude das alterações promovidas na estrutura organizacional, o quadro de cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Fazenda, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - extinção de:

a) 01 (um) cargo de Presidente da Comissão de Gestão Administrativa, sem simbologia;

b) 01 (um) cargo de Chefe da Unidade de Coordenação Estratégica, AD-1;

c) 01 (um) cargo de Chefe de Consultoria Técnica, AD-1;

d) 01 (um) cargo de Chefe de Controladoria Interna, AD-1;